

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GUSTAVO CABREIRA DA SILVA

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA
CATARINENSE**

CRICIÚMA

2019



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



GUSTAVO CABREIRA DA SILVA

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA
CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof^a Ma. Milla Lúcia Ferreira Guimarães

CRICIÚMA

2019



GUSTAVO CABREIRA DA SILVA

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA
CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em contabilidade ambiental.

Criciúma, 06 de dezembro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Milla Lúcia Ferreira Guimarães – Mestra - UNESC - Orientadora

Prof. Leopoldo Pedro Guimarães Filho - Doutor - UNESC - Examinador

Prof. Sergio Bruchchen - Mestre – UNESC – Examinador



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



Dedico esse trabalho aos meus familiares e amigos, em especial aos meus pais por nunca medirem esforços para me apoiar.



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, que me foi concedido.

À minha família, especialmente meus pais, que sempre me apoiaram estiveram comigo durante toda a jornada da graduação.

À minha orientadora, professora Milla Lúcia Ferreira Guimarães, por toda a sua competência, compromisso e tempo dedicado a orientação da pesquisa.

Aos demais professores do Curso que, diariamente, passavam o seu conhecimento para que crescêssemos profissionalmente.

Ao meu amigo Januário José Monteiro que, mesmo sem me conhecer, morando em outra cidade, atribulado com seus próprios estudos, me deu todo o suporte para que eu incluísse no meu TCC análises estatísticas. Você abriu um mundo novo de possibilidades para mim.

Aos meus colegas de classe que de algum jeito se fizeram importantes na caminhada até aqui.

Aos meus amigos que, tanto em sala de aula quanto fora dela, se fizeram extremamente importantes para mim: Ana Paula Menegon, Caroline Scarabelot, Helton Soares, Karoline Réus e Marieli Studzinski.

Muitíssimo obrigado!



**“Na natureza não existem recompensas
nem castigos. Existem consequências”.**

Robert G. Ingersoll

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA UNIVERSIDADE CATARINENSE****Gustavo Cabreira da Silva¹****Milla Lúcia Ferreira Guimarães²**

RESUMO: O estudo objetiva verificar a percepção dos futuros contadores sobre a inserção da disciplina Contabilidade Ambiental ou correlata, no currículo do Curso de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária catarinense. Como objetivos específicos tem-se: contextualizar a inserção da temática ambiental no ensino superior; identificar as demonstrações contábeis de cunho ambiental; levantar a percepção dos discentes acerca da inserção da temática na matriz curricular do curso. A metodologia utilizada na pesquisa foi exploratória-descritiva, de levantamento e quantitativa por meio da análise fatorial. Os dados foram coletados por meio de questionário aplicado com os discentes de 5^a à 9^a fase, que haviam cursado a disciplina cuja ementa contempla a Contabilidade Ambiental. Os resultados demonstram que a maioria dos estudantes considera importante a inserção da disciplina para a formação do contador, embora tenham apresentado interesse relativamente baixo em atuar neste campo. Por meio da análise fatorial obteve-se a seguinte percepção dos estudantes: importância das disciplinas na área ambiental com 46,43% de variância total; relação entre teoria e prática ambiental com 58,47%; interesse em atuar na área ambiental com 63,85% e, formação do cidadão com responsabilidade socioambiental 63,47%. Com a análise fatorial tem-se um instrumento de pesquisa validado que servirá de subsídio para futuras pesquisas preocupadas em investigar a percepção dos estudantes em relação às questões ambientais. Ademais, a Contabilidade Ambiental, enquanto campo recente da Contabilidade tradicional vem gradativamente atendendo as necessidades empresariais para o novo cenário do mercado e, do mesmo modo, os futuros contadores começam a vislumbrar uma área profícua de atuação.

PALAVRAS – CHAVE: Contabilidade Ambiental. Universidade Comunitária. Demonstrações Contábeis.

AREA TEMÁTICA: Contabilidade Ambiental

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade foi reconhecida como Ciência no início do século XIX mas vem sendo utilizada pelos homens desde os tempos mais remotos como meio para controlar seu patrimônio. Os homens pré-históricos se valiam de pedras e tabletes de barro para o controle de seus artefatos. Por volta do ano 2000 a.C., no antigo

1 Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

2 Doutoranda em Ciências Ambientais. Mestra em Educação. Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior. Graduada em Ciências Contábeis. UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



Egito, estima-se que já era obrigatório o uso de livros e documentos comerciais para a escrituração das contas.

Atualmente, as técnicas rudimentares para controlar o patrimônio fazem parte da memória. Com a evolução da civilização e as inovações tecnológicas, a Ciência Contábil deixou de meramente registrar o patrimônio passando a compreender e analisar sua riqueza.

Os registros estão disponíveis em tempo real com o acesso a modernos equipamentos e *softwares*, cabendo ao contador analisar, extrair informações relevantes e preparar demonstrativos para balizar as decisões empresariais, com base nos cenários econômico, financeiro, político e ambiental do contexto local, regional e mundial.

Estes demonstrativos são alvo de consultas de diversos públicos com interesses distintos além dos proprietários do empreendimento, como por exemplo, as instituições financeiras, fornecedores, clientes, funcionários, governo, dentre outros.

Neste contexto, a Contabilidade Ambiental, como um ramo da Contabilidade, surgiu para atender as demandas empresariais devido à necessidade do cumprimento de normativas nacionais e internacionais, a conscientização da finitude dos recursos naturais, a necessidade de aprimorar o controle dos custos de produção para manter-se no mercado, melhorar imagem empresarial, além de informar aos *stakeholders* sobre os esforços impetrados no trato ambiental, no sentido de demonstrar a responsabilidade social das organizações.

Devido essas novas obrigações empresariais, oriundas do mundo contemporâneo, as empresas demandam por contadores em seu *staff* que detenham conhecimentos acerca do trato ambiental e, concomitante, as instituições de ensino, especialmente, as universidades necessitam atentarem-se para essa necessidade formativa. Tanto que Calixto (2006) já citava a importância de adoção, nas matrizes curriculares, de disciplina exclusiva de Contabilidade Ambiental para melhor qualificação profissional de seus discentes.

Neste sentido, o presente artigo pretende responder a seguinte questão de pesquisa: Qual a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária catarinense sobre a inserção da disciplina Contabilidade Ambiental na matriz curricular? O objetivo geral consiste em verificar a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária catarinense sobre a inserção da disciplina Contabilidade Ambiental na matriz curricular. Para alcançar o objetivo geral têm-se como objetivos específicos os seguintes: i) contextualizar a inserção da temática ambiental no ensino superior; ii) identificar as demonstrações contábeis de cunho ambiental; iii) levantar a percepção dos discentes da universidade em estudo acerca da inserção na matriz curricular da temática ambiental para sua formação profissional.

A pesquisa se justifica na medida em que o assunto ainda é pouco compreendido na área e necessita de legislação específica para ter concretude na prática empresarial. O artigo contribui com a gestão dos cursos de Ciências Contábeis por apontar indicativos da percepção dos estudantes acerca da inserção da Contabilidade Ambiental nas matrizes curriculares, bem como, apresentar as principais normativas que discorrem sobre o assunto.

O texto está organizado em mais quatro seções além desta introdução. A segunda seção fundamenta a temática com o aporte teórico em autores e pesquisadores da área. A terceira seção aborda a metodologia adotada para o



estudo e a quarta seção expõe os resultados encontrados na pesquisa, bem como suas análises. A quinta seção apresenta as considerações finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa seção, apresenta-se os fundamentos teóricos nos quais foram utilizados para a elaboração deste trabalho, envolvendo a história da contabilidade, a contabilidade no Brasil, a contabilidade ambiental e suas atribuições.

2.1 BREVE RELATO DA ORIGEM DA CONTABILIDADE E O ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL

A Contabilidade é tão antiga que tornou-se impossível identificar o início de sua prática. Martins (2001) reconhece que mesmo sem os mecanismos modernos utilizados hoje na profissão, a contabilidade se fez presente desde os primórdios dos tempos com sua premissa de gerar informações acerca do patrimônio. Sá (2006) complementa indicando que é comum encontrar registros, de caráter histórico, com gravuras que não só demonstram os sentimentos do ser humano pré-histórico, mas também, registram itens patrimoniais qualitativamente e quantitativamente.

Para Ludícibus (2006) todas as teorias contábeis produzidas se deram por conta da evolução comercial, social e institucional das sociedades. Como exemplo, Hendriksen e Breda (1999) citam as obras do frei italiano Luca Pacioli, escritas em 1494, intituladas '*Tractatus de Computis et Scripturis*' e '*Summa de arithmetica, geométrica, proportioni et proportionalitá*', as quais apresenta a Contabilidade por partidas dobradas e a Escrituração, marcando o início da fase moderna da Contabilidade. Cabe salientar que neste período instaurou-se a mercantilização sendo as cidades italianas intermediárias do comércio mundial. Fato que denota a necessidade da Contabilidade acompanhar as demandas e a evolução da sociedade.

Segundo Silva e Martins (2009), a Contabilidade foi reconhecida como ciência no início do século XIX, quando deixou de apenas registrar e controlar as modificações ocorridas no patrimônio para explicar e julgar os fenômenos patrimoniais. Foi neste século que a teoria da contabilidade avançou para a prática, especialmente por conta da influência dos Estados Unidos da América e suas grandes corporações, a efervescência do mercado de capitais e o pesado investimento em pesquisas na área que relaciona a utilidade com a praticidade das Ciências Contábeis.

O Brasil sofreu influência tanto da Escola Italiana quanto da Americana, mas foi esta última que balizou a Lei das Sociedades por Ações (IUDÍCIBUS, 2006).

No que tange ao ensino da Contabilidade no Brasil, as demandas advindas da família real portuguesa após sua chegada e permanência no país desencadearam inúmeras ocorrências relevantes no cenário nacional que demandavam de serviços contábeis. Reis e Silva (2007) acrescentam que a vinda da corte portuguesa ao Brasil foi o estopim para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país, especialmente, devido a abertura dos portos às nações amigas, comercialização de produtos estrangeiros (importação e exportação). Nesta época iniciou também a confecção do papel moeda a partir da criação do Banco do Brasil.

De acordo com Niyama *et al.* (2001), no ano de 1902, em São Paulo, foi inaugurada a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, primeira escola de Contabilidade no Brasil. Para Zanatta *et al.* (2013), o objetivo da escola era o de



incorporar o desenvolvimento agrícola com a expansão industrial, para formar profissionais qualificados nas rotinas de Contabilidade fazendo com que São Paulo expandisse seus horizontes por meio de seus egressos. Peleias (2006) atribui a evolução da Contabilidade no Brasil a partir das aulas de comércio, que englobava o ensino comercial, cursos profissionalizantes, instituições de ensino superior e pós-graduação (*stricto sensu*).

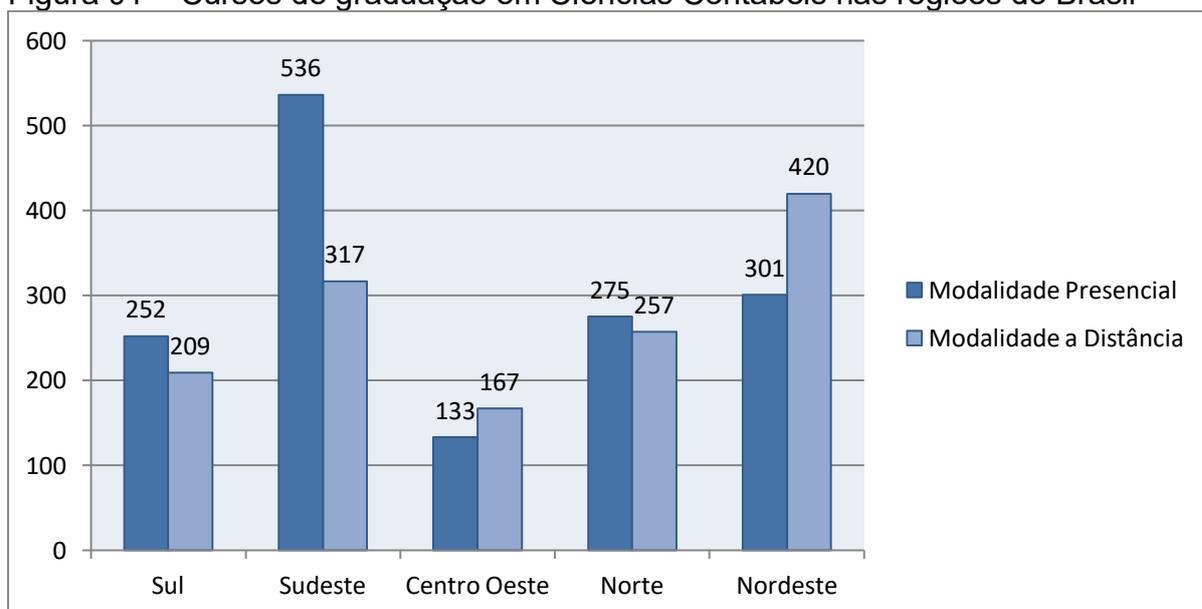
As Instituições de Ensino Superior (IES) são todas credenciadas originalmente como Faculdades, que são as instituições que geralmente são mais especializadas em determinada área de conhecimento, podem mas não são obrigadas a deterem de ensino, pesquisa e extensão, e também exige-se que pelo menos um terço do corpo docente detenha titulação de especialista.

Os Centros Universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que podem abranger uma ou mais áreas de conhecimento, considerado como tal desde que comprovada qualificação de seu corpo docente, condições de trabalho acadêmico oferecido aos discentes, tendo essa autonomia para criar, organizar e extinguir em sua sede cursos e programas de educação superior.

As Universidades são caracterizadas por terem como pilar o ensino, a pesquisa e a extensão, que devem ser caracterizadas por produção intelectual institucionalizada, de pontos de vista científico e cultural, regional e nacional. Um terço do corpo docente da instituição deve ser formado por mestres e doutores e pelo menos um terço do corpo docente em regime integral. Por sua vez, as Universidades Comunitárias tem por foco o caráter coletivo e o benefício social gerado em detrimento do retorno financeiro ou patrimonial da instituição (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019).

De acordo com o Ministério da Educação (2019), conta-se com 1.497 cursos de graduação em Ciências Contábeis de modalidade presencial e 1.370 de modalidade à distância. A Figura 01 mostra que a maior incidência de cursos presenciais está na região Sudeste e a maior incidência de cursos à distância está localizada na região Nordeste.

Figura 01 – Cursos de graduação em Ciências Contábeis nas regiões do Brasil



Fonte: Ministério da Educação - MEC (2019)



A região Sul do país conta, atualmente, com 461 cursos de graduação em Ciências Contábeis, 252 na modalidade presencial e 209 na modalidade a distância. Especificamente em Santa Catarina a oferta é de 130 cursos de Graduação em Ciências Contábeis, 66 na modalidade presencial e 64 na modalidade à distância.

A Resolução n. 10/2004/CNE/CSE institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis (BRASIL, 2004).

Santos *et al.* (2003) apresentam como função da Contabilidade captar, registrar, acumular, estudar e analisar os fenômenos contábeis oriundos da gestão do patrimônio, tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas. Para Marion e Ludícibus (2000), a Contabilidade objetiva fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira, física, de produtividade e social, de interesse dos usuários internos e externos.

Assim, como em outras áreas de conhecimento, a Contabilidade acompanha a evolução econômica criando novas maneiras de avaliar as modificações do patrimônio (SANTOS *et al.*, 2001).

2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Constituição Federal do Brasil, promulgada no ano de 1988 determina ao poder público a responsabilidade de promover a Educação Ambiental visto o direito de todos “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) n. 9.394 inclui o estudo do ambiente natural e social como prerrogativa do ensino fundamental e as questões de cidadania e formação ética para o ensino médio (BRASIL, 1996).

No ano de 1999 foi promulgada a Lei n. 9.795 que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Esta lei compreende Educação Ambiental como um processo pelo qual os indivíduos e a coletividade edificam valores e competências para a preservação do meio ambiente, enquanto bem de uso comum, fundamental para a qualidade e sustentabilidade da vida (BRASIL, 1999).

Ademais, a PNEA determina a oferta da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, em caráter formal e não-formal, sendo facultada a criação de uma disciplina exclusiva para a educação ambiental.

Expõe como todas as entidades devem ofertar a educação ambiental, tanto em âmbito público como privado, indo desde escolas, universidades até empresas públicas e privadas, bem como os meios de comunicação em massa, sendo responsabilizadas pelo ensino ambiental aos seus alunos, colaboradores, consumidores entre outros, de acordo com os princípios básicos da educação ambiental (BRASIL, 1999).

Em 2012, para dar concretude a PNEA, o Ministério da Educação estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (DCNEA) que devem



ser seguidas por instituições de ensino de Educação Básica³ e Educação Superior, composta por nove itens principais, os quais são:

- 1) Desenvolver integralmente a compreensão do meio ambiente com intuito de fomentar novos modelos sociais de produção e consumo;
- 2) Garantir o acesso às informações socioambientais para todos os cidadãos;
- 3) Estimular a sensibilização para as questões socioambientais;
- 4) Incentivar a participação dos cidadãos na preservação ambiental;
- 5) Estimular a cooperação das regiões brasileiras;
- 6) Fomentar pesquisas e uso de tecnologias para promoção da sustentabilidade socioambiental;
- 7) Fortalecer a cidadania e o respeito aos direitos humanos;
- 8) Promover a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, o diálogo e a paz;
- 9) Promover a cultura dos grupos formativos brasileiros que preservam a biodiversidade.

As instituições de ensino devem relatar as ações socioeducativas, ambientais, artísticas, culturais e de gênero, raça, etnia e diversidade realizadas, em seus documentos institucionais. Nas instituições de Educação Básica: Projeto Político-Pedagógico (PPP) e dos Projetos e Planos de Cursos (PC) e nas instituições de Educação Superior nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e no Plano de Desenvolvimento Institucional. Os conhecimentos relativos à Educação Ambiental, independentemente do nível de ensino, podem ocorrer de modo transversal, e/ou como conteúdo específico curricular (BRASIL, 2012).

Cabe salientar que a utilização do termo “ambiental” citado nas legislações brasileiras mencionadas, deve ser compreendido não somente como um adjetivo tipificando a educação, mas sim, um elemento constituído de valores e práticas humanitárias visando a construção de sociedades sustentáveis (BRASIL, 2012).

A partir da compreensão da Educação Ambiental em seu aspecto amplo no contexto educacional e das demandas do mundo contemporâneo, as Ciências Contábeis, que evolui com o desenvolvimento da sociedade, necessitou dar repostas aos seus usuários a partir dessa nova realidade, contribuindo com informações para processos decisórios que primam pela sustentabilidade, nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

2.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A Contabilidade não pode ignorar os fatores e os problemas ambientais, pois ela é o elo entre as companhias e a comunidade na qual estão inseridas (GONÇALVES; HELIODORO, 2005).

De acordo com Ribeiro (2005), a Contabilidade provém o controle do patrimônio das entidades, logo com a evidenciação do patrimônio de cunho natural, houve a necessidade de sua mensuração, dando origem a Contabilidade Ambiental, que, conforme afirma Carvalho (2012) trata-se de um segmento da Contabilidade e não uma nova técnica ou uma nova ciência.

Como conceito de Contabilidade Ambiental, Costa (2012) afirma ser o estudo do patrimônio ambiental, com objetivo de fornecer informações aos usuários sobre

³ Educação Básica é o nível da educação escolar brasileira que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Além da educação básica, o outro nível escolar do sistema educacional brasileiro é a educação superior (MENEZES, 2001).



os eventos ambientais que modificam a situação patrimonial, além de realizar a identificação, mensuração e evidenciação desses eventos.

De acordo com Gonçalves e Heliodoro (2005), as empresas cada vez mais veem a Contabilidade Ambiental como uma estratégia de evolução, isso está ocorrendo desde a década de 70, passando de uma situação de completo despreparo com o meio ambiente para estratégias que unificam os aspectos sociais e de sustentabilidade na gestão da empresa.

Para Franco (1999) as empresas que se preocupam com o meio ambiente são bem vistas por seus consumidores e investidores. Kraemer (2002) acrescenta que as empresas que ignoram ou causam impacto ambiental por meio de suas atividades estão sofrendo represálias de seus próprios consumidores que acabam buscando produtos e serviços em empresas responsáveis socialmente.

Nesse sentido, de acordo com Barbieri (2000), a preocupação com o meio ambiente está refletindo na administração das empresas, incorporando procedimentos de redução de efluentes, utilização de matérias recicláveis na embalagem de produtos, provendo formas de descarte correto de embalagens de produtos e os impactos que podem causar ao meio ambiente. Kraemer (2002) menciona que a reciclagem de materiais traz inúmeras vantagens para a companhia que, além de contribuir para redução a poluição, poderia minimizar riscos futuros provenientes do mau trato ao meio ambiente e aumentar os incentivos por parte dos investidores.

Para Kraemer (2002), a inserção da responsabilidade socioambiental, nas companhias se deve ao fato de cada vez mais os consumidores estão exigindo produtos produzidos de maneira sustentável. Seiffert (2008) diz que os consumidores não estão mais só preocupados com a qualidade do produto adquirido, mas também com impacto que foi causado ao meio ambiente com a sua confecção.

A responsabilidade socioambiental também é entendida como a obrigação que a empresa tem por responder as suas próprias ações e as ações a quem está ligada. Tinoco e Kraemer (2008), dizem que as empresas precisam ter parceiros dispostos a enfrentar as mudanças para a adaptação ambiental.

A partir desses aspectos, pode-se dizer que a Contabilidade Ambiental se dá ao estudo do patrimônio ambiental, bem como, seus bens, direitos e obrigações ambientais.

De acordo com Ribeiro (2005), os elementos naturais tem difícil mensuração, então cabe à Contabilidade Ambiental, medir e constatar os eventos e transações de cunho econômico e financeiro que refletem a verdadeira interação da empresa para com o meio ambiente.

Para realizar essa mensuração é necessária a evidenciação, através das contas ativo, passivo, custos, despesas e receitas ambientais.

2.3.1 Ativo ambiental

De acordo com Carvalho (2012), os ativos são considerados bens e direitos de uma organização, no âmbito ambiental. Esses bens e direitos são voltados ao meio ambiente, como proteção, preservação e recuperação ambiental, desde que gerem benefícios, em longo prazo, à organização.



2.3.2 Passivo ambiental

Conforme Ribeiro (2005), os passivos ambientais devem ser alocados entre as responsabilidades da empresa, demonstrando de forma distinta os gastos a serem concretizados para o cumprimento das obrigações futuras da companhia.

Carvalho (2012) define que passivo ambiental como as obrigações da empresa perante aos danos causados ao meio ambiente em decorrência da produção dos produtos ou serviços que a empresa oferece, infrações ambientais ou empréstimos que decorrem para aplicação ambiental.

Em sua maioria os passivos ambientais possuem conotação negativa. Partindo desse pressuposto, Tinoco e Kraemer (2004) observam que os passivos ambientais possam também ser reconhecidos através da implantação de sistemas de gerenciamento, fato que gera resultados positivos à organização.

2.3.3 Custos ambientais

Para Carvalho (2012), de forma geral os custos ambientais tem a mesma finalidade que os outros custos apresentados pela organização, sendo, custo o gasto que se faz necessário para a obtenção de recursos.

De acordo com Ribeiro (2005), os custos ambientais devem ser tratados como custos dos produtos fabricados, sendo alocadas aos produtos de forma direta ou indireta.

2.3.4 Despesas ambientais

De acordo com Carvalho (2012), as despesas ambientais não são aquelas que fazem parte da implantação dos processos ambientais, mas sim os gastos que dão suporte para que seja possível o desenvolvimento. As despesas ambientais podem ser analisadas sob dois aspectos: operacionais e não operacionais. As despesas operacionais são aquelas que dão suporte para o desenvolvimento das ações e aparecem na Demonstração do Resultado, ao passo que, as despesas não operacionais são as que ocorrem fora da atividade principal como, por exemplo, as multas (TINOCO; KRAEMER, 2004).

2.3.5 Receitas ambientais

Para Carvalho (2012), referindo-se à contabilidade ambiental, as entidades devem cumprir legalmente com as exigências ambientais, utilizando disso para a obtenção de ganhos para a empresa. Dessa forma que se origina a receita ambiental, decorrência da venda provinda de produtos reciclados ou de subprodutos, sendo esses podendo ser considerados como desenvolvimento de novos produtos.

Define-se que as receitas decorrem de prestação de serviços especializados em gestão ambiental, venda de produtos elaborados de sobras de insumos de processo produtivo, entre outros (TINOCO; KRAEMER, 2014).



2.4 EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

A Evidenciação de informações de natureza socioambiental é normatizada pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) n. 15 que tem por objetivo demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades.

De acordo com Vieira e Faria (2007), as informações demonstradas que devem ser de cunho social e ou ambiental das atividades da empresa podem ou não serem extraídas da Contabilidade. Essas demonstrações devem ser expostas juntamente com as demonstrações contábeis tradicionais.

De acordo com a NBC T 15, são consideradas como informações de natureza social e ambiental: a) geração e a distribuição de riqueza; b) os Recursos Humanos (RH); c) a interação da entidade com o ambiente externo; e, d) a interação da entidade com meio ambiente.

A NBC T 15 tem por propósito, mostrar à sociedade os benefícios que a empresa oferece aos seus colaboradores, bem como a população em geral e o meio ambiente ao qual está inserida, desde o descarte de resíduos feitos de forma correta até a divulgação de informações da composição de seu quadro de funcionários.

A Contabilidade Ambiental tem como objetivo identificar e demonstrar os reflexos que as variações patrimoniais das empresas exercem na sociedade e no meio ambiente e o faz, especialmente por meio das demonstrações contábeis: Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado.

2.3.1 Balanço Social

O Balanço Social visa demonstrar a responsabilidade social assumida pela empresa de modo transparente à sociedade pelo uso dos recursos naturais e humanos (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2000). Tinoco (2001) acrescenta o uso do Balanço Social como instrumento de gestão que evidencia, de forma transparente, as informações socioeconômicas das entidades, aos seus usuários.

As informações contidas no Balanço Social, segundo Tinoco (2001), podem ser utilizadas por diversos grupos que interagem com a empresa, como por exemplo:

- a) administradores: fornece informações úteis à tomada de decisões referentes aos programas sociais desenvolvidos pela empresa
- b) fornecedores e investidores: informa como a empresa enfrenta suas responsabilidades em relação aos recursos humanos e à natureza.
- c) consumidores: possibilita vislumbrar a postura dos administradores e a qualidade do produto ou serviço oferecido.
- d) Estado: contribui na identificação e na formulação de políticas públicas.

No Brasil existem alguns modelos e diretrizes comumente utilizados pelas empresas, tais como: IBASE, Global Reporting Initiative (GRI), Ethos e Relato Integrado.

a) Balanço Social no Modelo Ibase

De acordo com Santos; Silva; Gonçalves (2015) o modelo Ibase de Balanço Social foi criado em 1997, pelo Instituto Brasileiro de Análise Econômico em colaboração com o sociólogo Herbert de Souza.

Expõem detalhadamente informações quantitativas inerentes à responsabilidade social da organização, tais como: folha de pagamento, gastos com



encargos sociais de funcionários, participação nos lucros, despesas com controle ambiental e os investimentos sociais externos nas diversas áreas, como educação, cultura, saúde, dentre outros (GODOY, 2007).

No ano de 1998 foi criado um Selo para as empresas que publicassem anualmente o seu Balanço Social utilizando o modelo Ibase. Esse selo pode ser impresso na embalagem dos produtos e documentos, além de utilizá-lo como estratégia de *marketing*.

b) Global Reporting Initiative (GRI)

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização internacional independente fundada na cidade de Boston nos Estados Unidos da América no ano de 1997, que ajuda as empresas e governos ao redor do mundo a compreender e a divulgar os dados referentes aos impactos que suas atividades causam no meio ambiente ao qual está inserida. Entretanto, no ano de 2002, a GRI mudou-se para a cidade de Amsterdã na Holanda, onde foi formalmente inaugurada como uma entidade colaboradora do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Seu estabelecimento se deu através dos esforços conjuntos com a Coalizão de Economias Ambientalmente Responsáveis (CERES), o Instituto Tellus e o PNUMA. (GRI).

As Diretrizes da GRI contemplam informações quali-quantitativas com indicadores de desempenho econômico, do meio ambiente, das práticas trabalhistas e trabalho decente, dos direitos humanos, social e de responsabilidade pelo produto (GODOY, 2007).

c) Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social foi criado no ano de 1998, por um grupo de empresários tendo como missão “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa” (INSTITUTO ETHOS, 2016). Essa Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com sede em São Paulo, tem por interesse fazer com que as empresas façam a gestão de seus negócios da forma mais social e responsável possível.

O Instituto Ethos é um polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas que auxilia as organizações a verificar se as suas práticas de gestão de negócio estão corretas, aproximando-as da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável.

O modelo de Balanço Social sugerido pelo Instituto Ethos incorpora a planilha proposta pelo IBASE e alguns tópicos detalhando o contexto decisório, dos problemas e resultados obtidos pelas empresas.

A estrutura contempla uma apresentação da organização (missão e visão, mensagem do presidente, perfil do empreendimento e do setor); informações da empresa (histórico, valores, estrutura, funcionamento e governança corporativa); dados da atividade empresarial (contato com os *stakeholders* e indicadores de desempenho), além de possibilidade de incluir anexos (Balanço Social Modelo Ibase, projetos sociais, entre outros) (GODOY, 2007).



d) **Relato Integrado**

O Relato Integrado foi elaborado em razão da necessidade de fazer com que a linguagem financeira que, geralmente é a que as empresas mais compreendem e utilizam, fosse integrado a linguagem socioambiental, para que essas não ficassem em segundo plano e não acabasse sendo apenas mais um relatório empresarial (GELBCKE *et al.*, 2018).

Logo o Relato Integrado pode ser definido como um processo de integração dos relatórios de cunho financeiro e de cunho socioambiental, melhorando a qualidade das informações repassadas pela empresa à população.

Para que não seja apenas uma junção entre os relatórios financeiros e não financeiros, o Relato Integrado deve conter uma evidenciação concisa sobre o desempenho, a estratégia, a governança o ambiente externo contribuem para a redução de riscos da empresa, bem como, o aumento do valor de mercado da empresa (GELBCKE *et al.*, 2018).

2.3.2 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) no Brasil tem obrigatoriedade para as empresas que possuem capital aberto com comercialização em bolsas de valores e é facultado para as demais empresas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 que trata da DVA e, por sua vez, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a NBC TG 09 sobre o mesmo tema objetivando estabelecer critérios para elaboração e apresentação da DVA, a qual representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2008).

A DVA, conforme Godoy (2007) é um importante componente do Balanço Social, cujas informações são retiradas das demonstrações contábeis, obedecendo às normas e princípios contábeis vigentes. Essa demonstração permite aos usuários identificar as riquezas geradas pela empresa, as recebidas por processos de transferência de valores, além de acompanhar o mapeamento da distribuição dessas riquezas, aos seus beneficiários, seja o corpo funcional, os juros e alugueis pagos, os sócios e acionistas, até o que foi gasto com obras sociais, o governo e, a parcela retida na empresa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção descreve-se o enquadramento metodológico e os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados na pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto a abordagem do problema pesquisa se enquadra como quantitativa. De acordo com Beuren *et al.* (2014), a abordagem quantitativa não é tão profunda quando se trata de buscar conhecimento, sendo assim esse tipo de abordagem utiliza de instrumentos estatísticos desde a coleta dos dados bem como a manipulação, entretanto ela é a mais indicada nesse caso pois preocupa-se mais



com o acontecimento geral. Nesta pesquisa, utiliza-se de análises estatísticas dos resultados provenientes da coleta de dados.

Quanto aos objetivos, a pesquisa possui caráter exploratório-descritivo. Para Diehl (2004), a pesquisa descritiva pode ser considerada como uma técnica que utiliza de estatística que procura exemplificar a relação e o modo de operação do estudo proposto. Exploratória porque há poucos estudos sobre a percepção do estudante sobre a Contabilidade Ambiental. Neste estudo descreve-se a inserção da temática ambiental no ensino superior e a percepção dos discentes do Curso de Ciências Contábeis da universidade em estudo acerca do assunto.

Quanto às estratégias, o estudo enquadra-se como levantamento (*survey*). De acordo com Gil (1999), esse tipo de pesquisa busca descrever com exatidão a percepção de um grupo significativo de pessoas à cerca do problema de pesquisa para, posteriormente, analisar quantitativamente e obter as conclusões correspondentes aos dados coletados. Neste estudo o levantamento será realizado com os estudantes do Curso de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária catarinense, acerca da percepção da temática ambiental no currículo do curso de Ciências Contábeis.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para a coleta de dados realizou-se um levantamento, por meio de questionário com os estudantes de 5ª a 9ª fase do Curso de Ciências Contábeis da universidade do objeto de estudo, que cursaram a disciplina Contabilidade Ambiental. A população de estudantes dessas fases totalizam 254. Obteve-se uma amostra de 118 questionários respondidos, correspondendo a 46,46% da população.

O questionário, enquanto instrumento de pesquisa, segundo Parasuraman (1991) pode ser definido como um conjunto de questões, no qual é elaborado com o intuito de coletar dados que sejam determinantes para atingir o objetivo da pesquisa.

O questionário elaborado, muito embora tenha sido embasado no instrumento utilizado por Carvalho *et al.* (2010), foi validado e adaptado para fins deste estudo. Tais procedimentos são justificados, tendo em vista que, a ementa/conteúdo programático da disciplina que subsidiaram a elaboração das assertivas são diferentes. Assim, servindo-se da Escala de Likert foi elaborada a análise dos dados. A escala possui variação entre 1 e 5 da seguinte forma: 1 – Discorda totalmente; 2 – Discorda Parcialmente; 3 – Neutro; 4 – Concorda Parcialmente; 5 – Concorda Totalmente.

Posteriormente, procedeu-se a Análise Fatorial utilizando o *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). A análise fatorial é uma técnica que busca sintetizar as relações observadas entre um conjunto de variáveis inter-relacionadas para identificar fatores comuns.

A maior vantagem na utilização dessa análise está na redução do número de dados, por meio da determinação das dimensões latentes (fatores), além de possibilitar a criação de indicadores compostos do agrupamento de variáveis, não observáveis inicialmente (FAVERO *et al.*, 2009). Para a análise fatorial aplicou-se a medida de adequação de amostra de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO).

Os fatores analisados com base na pesquisa de Carvalho *et al.* (2010) são: 1) Importância das disciplinas na Área Ambiental, 2) Relações entre a Teoria e a Prática Ambiental, 3) Interesse de Atuação na Área Ambiental, e 4) Formação cidadã com responsabilidade socioambiental. Após a análise fatorial utilizou-se do teste de esfericidade de Barlett, que identifica o nível de relação entre as variáveis, onde os



valores abaixo de 0,05 demonstram que a análise pode ser útil. Para a rotação ortogonal foi utilizado o método *varimax*, que segundo Malhotra (2001), é o método de rotação ortogonal mais utilizado, pois visa diminuir a quantidade de variáveis que possuem altas cargas em cada fator apresentado, facilitando a interpretação dos dados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa seção, apresentam-se a análise descritiva dos resultados e a análise fatorial dos dados.

4.1 LÓCUS DO ESTUDO

O *lócus* do estudo é o Curso de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária do sul de Santa Catarina que obteve seu credenciamento junto ao Ministério da Educação no ano de 1975. Atualmente, conta com 31 docentes e 414 estudantes regularmente matriculados. Desde o ano de 2004 oferta disciplina específica que trata da Contabilidade Ambiental.

4.2 ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta o resultado das 17 assertivas conforme o questionário estruturado realizado junto aos estudantes de 5ª a 9ª fase do Curso de Ciências Contábeis. A opção por pesquisar estes estudantes se deu em razão de terem cursado a disciplina específica que aborda a Contabilidade Ambiental.

As respostas dos 118 questionários foram tabuladas conforme a escala *Likert* indicando o grau de concordância ou discordância a cada afirmação, sendo: Discordo Totalmente (DT), Discordo Parcialmente (DP), Neutro (N), Concordo Parcialmente (CP) e Concordo Totalmente (CT).

Tabela 1 – Análise descritiva das variáveis investigadas

Assertivas		DT	DP	N	CP	CT
01	A disciplina que trata da temática socioambiental tem grande importância para mim	4%	10%	26%	35%	25%
02	Disciplinas com temática socioambiental são interessantes	3%	9%	25%	34%	29%
03	Eu cursaria as disciplinas desta área, mesmo que não fossem obrigatórias na matriz curricular	20%	26%	27%	16%	11%
04	A disciplina apresenta os principais conceitos de relatórios de sustentabilidade, Demonstração do Valor Adicionado, Gestão Ambiental, Responsabilidade Social Corporativa e Impacto Ambiental	1%	3%	15%	32%	49%
05	A disciplina trabalha aspectos relacionados indicadores de desempenho (econômico, social e ambiental) das organizações (Balanço Social, Relatórios de Sustentabilidade...)	1%	1%	17%	30%	51%
06	A disciplina incentiva a implantação de ações de gestão e controle ambiental	2%	3%	20%	36%	39%
07	A disciplina estimula o planejamento e implementação de melhorias relacionadas ao desempenho e transparência para as organizações	4%	5%	19%	42%	30%
08	A carreira nessa área é uma boa opção para mim	31%	29%	26%	11%	3%
09	A carreira na área ambiental para mim é desejável	39%	24%	25%	8%	4%
10	A aprendizagem gerada na área socioambiental desenvolve nos estudantes o pensamento crítico e científico	8%	14%	41%	24%	13%
11	Entendo que todos os contadores devem ter conhecimento desta área	2%	6%	23%	36%	33%
12	A sociedade espera que minha instituição de ensino incentive a formação de seus alunos para esta área	4%	11%	35%	37%	13%
13	O que aprendo na disciplina desta área será importante para a minha formação como cidadão com responsabilidade socioambiental	1%	9%	20%	34%	36%
14	O aprendizado da disciplina desta área pode ser considerado de grande relevância para a minha formação profissional e pessoal	8%	16%	26%	25%	25%
15	A disciplina da área conduz os estudantes a relacionar o que foi visto em sala de aula (teoria), com a prática organizacional (empresas listadas na B ³)	7%	8%	36%	35%	14%
16	O conteúdo aprendido nas disciplinas da área será útil no meu dia a dia	14%	17%	34%	22%	13%
17	Os conteúdos temáticos discutidos em sala, atingiram ao propósito da disciplina	3%	6%	32%	28%	31%

Legenda: DT - Discordo Totalmente / DP - Discordo Parcialmente / N - Neutro / CP - Concordo Parcialmente / CT - Concordo Totalmente

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

A análise das respostas referente a assertiva 01 demonstra que a disciplina que trata da temática socioambiental tem importância total ou parcial de 60% dos respondentes. Entretanto, 26% mostraram-se neutros ao assunto e 14% não consideram importante a disciplina sobre o tema socioambiental.

Esses resultados demonstram que cada vez mais a temática ambiental vem tomando espaço no ambiente empresarial e a Contabilidade, enquanto ciência social aplicada vem contribuindo para atender as demandas deste novo cenário (BARBIERI, 2000).

Em relação a assertiva 2, nota-se que 63% dos respondentes consideram interessantes disciplinas com temáticas socioambientais, ao passo que 12% dos



estudantes Discordam Totalmente ou Parcialmente da questão e 25% se mantiveram Neutros no que diz respeito ao assunto.

Em resposta a afirmação 3, apenas 27% dos estudantes cursariam as disciplinas desta área sendo opcional. O mesmo percentual de respondentes (27%) se mostram Neutros mediante a assertiva e 46% declararam que não estariam interessados em cursar a disciplina caso não fosse obrigatória.

Diante da questão 4 a qual afirma que a disciplina apresenta os principais conceitos de relatórios de sustentabilidade, Demonstração do Valor Adicionado, Gestão Ambiental, Responsabilidade Social Corporativa e Impacto Ambiental, 81% Concordaram Totalmente ou Parcialmente, ao passo que apenas 4% Discordaram Totalmente ou Parcialmente e 15% preferiram a neutralidade mediante a assertiva.

Analisando-se os resultados da assertiva 5, percebe-se que 81% dos alunos Concordam Totalmente ou Parcialmente que a disciplina trabalha aspectos relacionados indicadores de desempenho (econômico, social e ambiental) das organizações. 17 % mostraram-se Neutros ao responder e apenas 2% Discordaram Totalmente ou Parcialmente com a afirmação apresentada.

Considerando os resultados obtidos para a assertiva 6, percebe-se que 75% dos estudantes Concordaram Totalmente ou Parcialmente que a disciplina incentiva a implantação de ações de gestão e controle ambiental. Os que optaram em se manter Neutros foram 20% dos respondentes e apenas 5% Discordaram Totalmente ou Parcialmente da questão.

No que tange a assertiva 7, 72% dos estudantes Concordam Totalmente ou Parcialmente que a disciplina estimula o planejamento e implementação de melhorias relacionadas ao desempenho e transparência para as organizações. 19% declaram-se Neutros e 9% Discordaram Totalmente ou Parcialmente da assertiva.

Em relação a questão 8 na qual os estudantes tiveram que se posicionar acerca da área de Contabilidade Ambiental ser ou não uma boa opção de carreira, obteve-se o seguinte resultado: 3% Concordam Totalmente com a afirmação, 11% Concordam parcialmente, 26% se mostram Neutros e 60% Discordaram Totalmente ou Parcialmente em relação a afirmação.

A afirmativa 9 trata sobre a carreira na área ambiental ser desejável ao estudante. Dos respondentes apenas 4% Concordaram Totalmente com a assertiva, 8% Concordaram parcialmente, 25% mostram-se Neutros, 24% Discordaram em parte e 39% Discordaram Totalmente.

No tocante a questão 10, 41% dos estudantes se mostraram Neutros perante a afirmativa de que a aprendizagem gerada na área socioambiental desenvolve o pensamento crítico e científico, 37% Concordaram Totalmente ou Parcialmente com a afirmação e 22% Discordaram Totalmente ou Parcialmente.

A assertiva 11, cita que todos os contadores devem ter o conhecimento sobre a área. 69% Concordam Totalmente ou Parcialmente com a afirmação, 23% demonstraram-se Neutros e apenas 8% Discordam Totalmente ou Parcialmente.

Na assertiva 12, metade dos respondentes (50%), Concordam Totalmente ou Parcialmente que a sociedade espera que a universidade onde estudam incentive a formação na área ambiental, 35% mantiveram-se Neutros e 15% Discordam Totalmente ou Parcialmente com a afirmação.

A análise das respostas referente a assertiva 13 denota que 70% dos respondentes Concordam Totalmente ou Parcialmente que a aprendizagem obtida na disciplina é importante para a formação como cidadão responsável socioambientalmente, 20% mantiveram-se Neutros e 10% Discordam Totalmente ou Parcialmente com a referida afirmação.



No que tange a afirmação 14, metade (50%) dos respondentes Concordam Totalmente ou Parcialmente que o aprendizado da disciplina da área ambiental pode ser considerado de grande relevância para a sua formação profissional e pessoal, 26% decidiram se Neutros e 24% Discordam Totalmente ou Parcialmente desse diferencial ofertado.

Diante da questão 15 a qual afirma que a disciplina da área conduz os estudantes a relacionar a teoria aprendida em sala de aula com a prática organizacional das empresas listadas na B³, 49% dos respondentes Concordaram Totalmente ou Parcialmente, 36% preferiram manter-se Neutros e 15% Discordaram Totalmente ou Parcialmente da assertiva.

A questão 16 afirmava que o conteúdo aprendido nas disciplinas da área seriam úteis no cotidiano dos estudantes. 35% Concordaram Totalmente ou Parcialmente com a afirmação, 34% assinalaram a opção Neutro e 31% Discordaram Totalmente ou Parcialmente da assertiva.

A assertiva 17 apresentou a seguinte afirmação: os conteúdos temáticos discutidos em sala de aula atingiram ao propósito da disciplina: 59% dos respondentes Concordaram Totalmente ou Parcialmente, 32% mostraram-se Nulos e 9% Discordaram Totalmente ou Parcialmente da afirmação.

4.2 ANÁLISE FATORIAL DOS DADOS

Após análise descritiva realizada com base dos dados extraídos da Tabela 1, efetuou-se novo exame utilizando a técnica de análise fatorial apresentada na Tabela 2, com o objetivo de reduzir as variáveis, sintetizando-as e agrupando-as em um número menor de fatores (dimensões do estudo). Para a análise fatorial aplicou-se a medida de adequação de amostra de KMO verificando os resultados obtidos entre 0,5 e 1,0 úteis ao estudo.

Os fatores analisados são: 1) Importância das disciplinas na Área Ambiental, 2) Relações entre a Teoria e a Prática Ambiental, 3) Interesse de Atuação na Área Ambiental, e 4) Formação cidadã com responsabilidade socioambiental. Todos obtiveram resultados acima de 0,5 mostrando-se úteis ao estudo.

Após a análise fatorial utilizou-se do teste de esfericidade de Barlett, que identifica o nível de relação entre as variáveis. Para a rotação ortogonal foi utilizado o método *varimax* com intuito de diminuir a quantidade de variáveis que possuem altas cargas em cada fator apresentado, facilitando a interpretação dos mesmos.

Tabela 2 - Resultados da análise fatorial

Total de variáveis investigadas – 17	Fatores / Cargas Fatoriais			
	1	2	3	4
01	0,791			
02	0,785			
03	0,741			
04	0,369			
11	0,701			
12	0,607			
05		0,623		
06		0,807		
07		0,841		
15		0,770		
08			0,830	
09			0,885	
13			0,711	
14			0,759	
10				0,638
16				0,690
17				0,576
% de variância total de cada fator	46,43%	58,47%	63,85%	63,47%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

O agrupamento ao qual as variáveis dos fatores estão inseridas podem ser descritas e interpretadas pela pesquisa de acordo com as características de cada fator, sendo elas:

Fator 1: Importância das disciplinas na Área Ambiental – 46,43%

Fator 2: Relações entre a Teoria e a Prática Ambiental – 58,47%

Fator 3: Interesse de Atuação na Área Ambiental – 63,85%

Fator 4: Formação cidadã com responsabilidade socioambiental – 63,47%

Conforme foi mencionado anteriormente, deve-se obter um valor acima de 0,5 para que a análise seja considerada útil, a assertiva 04 obteve um resultado inferior a este (0,369), logo sua análise não se torna útil para a pesquisa. Entretanto as outras variáveis dos fatores estão de acordo com o mínimo aceitável para a pesquisa.

Pode-se destacar que os conjuntos de interesse de atuação na área ambiental (fator 3) e formação cidadã com responsabilidade socioambiental (fator 4), obtiveram 63,85% e 63,47% de variância dos dados respectivamente, seguidos por relação entre a teoria e a prática aplicada em sala de aula (fator 2) com 58,47% de variância e a importância das disciplinas na área ambiental (fator 1) com seus 46,43% de variância total.

Pode-se notar que a disciplina da temática ambiental desperta interesse nos discentes em, posteriormente, atuar em uma carreira voltada para a Contabilidade Ambiental. A percepção dos respondentes é de que a sua formação cidadã com



responsabilidade socioambiental é muito boa, demonstram que a disciplina consegue relacionar a prática com a teoria e, acreditam na importância das disciplinas com a temática ambiental. Levando-se em consideração que acima de 40% os resultados são considerados aceitáveis.

Com a análise fatorial, tem-se um instrumento de pesquisa validado que servirá de subsídio para futuras pesquisas preocupadas em investigar a percepção dos estudantes em relação as questões ambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional de Educação Ambiental determinou a oferta da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino. A evidenciação de informações de natureza socioambiental está prescrita na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) n. 15 que tem por objetivo demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades. Neste contexto, a Contabilidade Ambiental tem como objetivo identificar e demonstrar os reflexos que as variações patrimoniais das empresas exercem na sociedade e no meio ambiente. As demonstrações contábeis específicas para tais demandas são: o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado.

Essa pesquisa objetivou verificar a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária catarinense sobre a inserção da disciplina Contabilidade Ambiental na matriz curricular. Com base no questionário aplicado 28,57% dos respondentes expressaram Concordar Parcialmente com as assertivas apresentadas; 26,27% permaneceram Neutros em relação as assertivas apresentadas; 24,53% Concordaram Totalmente com as afirmações, 11,69% Discordam Parcialmente e 8,94% Discordaram Totalmente com as assertivas apresentadas.

As concordâncias em relação as assertivas somaram 53,10%, os imparciais 26,27% e as discordâncias ficou em 20,63%. Observou-se com o estudo que mais da metade dos respondentes percebem que a importância da temática ambiental para o crescimento profissional do Contador e, também para o desenvolvimento pessoal, enquanto cidadãos formados em uma universidade comunitária cujo interesse maior da educação está no caráter coletivo e no benefício social.

À guisa das conclusões, mas sem a pretensão de encerrar o debate, infere-se com o estudo que a Contabilidade Ambiental, enquanto campo recente da Contabilidade tradicional, além de atender a legislação vigente vem gradativamente atendendo as necessidades empresariais para o novo cenário do mercado contemporâneo, mais consciente da finitude dos recursos naturais e da necessidade de preservação. Do mesmo modo, os futuros contadores, a exemplo dos respondentes deste estudo, começam a vislumbrar uma área profícua de atuação dando o caráter gerencial à Contabilidade, na medida em que fornece informações para o processo decisório, formula estratégias mediante análises de cenários e elabora demonstrações contábeis apresentando aos diversos públicos a responsabilidade social das organizações onde atuam.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, Jose C. **Empresa Ambiente**. Revista Exame, Encarte Especial, jan/2000.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Capítulo VI Do Meio Ambiente. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 12 Out. 2019.

BRASIL. Constituição (1996). Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999**. Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> Acesso em: 13 Out. 2019.

CALIXTO, Laura. **O Ensino da Contabilidade Ambiental nas Universidades Brasileiras: Um estudo Exploratório**. Universo Contábil, Blumenau, p.65-78, set./dez. 2006.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental: teoria e prática**. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CARVALHO, José Ribamar Marques de et al. Uma Análise do Interesse dos Estudantes de Ciências Contábeis pela Área de Contabilidade Ambiental. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 1, n. 2, p.37-53, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-/index.php/Ambiente/article/view/801/797>>. Acesso em: 03 out. 2019.

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

BEUREN, Ilse Maria et al (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.138/2008. **NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado** Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001138>. Acesso em: 14 Setembro. 2019.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **Contabilidade ambiental - Mensuração, Evidenciação e Transparência**. São Paulo: Atlas, 2012.

FÁVERO, Luiz Paulo Lopes; BELFIORE, Patrícia Prado; SILVA, Fabiana Lopes da; CHAN, Betty Lilian. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**, 2009.

FRANCO, Hihirio. **A contabilidade na era da globalização**. São Paulo: Atlas, 1999.

GELBCKE, Ernesto Rubens *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**. 3. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2018



GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, M. et al. **Balço social: convergências e divergências entre os modelos do IBASE, GRI e instituto ETHOS**. In: I Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 2007, Florianópolis: UFSC. v. I. p. 25-29

GONÇALVES, Sidalina Santos; HELIODORO, Paula Alexandre. **A contabilidade ambiental como um novo paradigma**. Universo Contábil, Blumenau, p.81-93, set./dez. 2005.

HENDRIKSEN, Edson S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. 550 p.

INSTITUTO ETHOS (São Paulo). **O Instituto: Missão**. 2016. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.Xc3aqVVKjIU>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S.; Ricardino Filho, A. A.. **A primeira lei das sociedades anônimas no Brasil**. *Revista Contabilidade e Finanças – USP*, São Paulo, maio/ago. 2002. *Teoria da Contabilidade*. 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balço**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade Ambiental: O Passaporte para a Competitividade**. Crcsc & Você, Florianópolis, p.25-40, mar. 2002.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTINS, Maria de Fátima Oliveira. **Um passeio na contabilidade, da pré-história ao novo milênio**. *Adcontar*, Belém, p.7-10, maio 2001.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes educação básica. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/educacao-basica/>>. Acesso em: 28 de set. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. . **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 14 set. 2019.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES nº 10**, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 2**, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 2012. Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2019.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio; PISCITELLI, Roberto Bocaccio (Org.). **Exame de Suficiência em Contabilidade: texto e exercícios adaptados às exigências do CFC**. São Paulo: Atlas, 2001.

PARASURAMAN, A. *Marketing research*. 2.ed. **Addison Wesley Publishing Company**, 1991.

PELEIAS, Ivan Ricardo et al (Org.). **Didática do Ensino da Contabilidade: aplicável em outros cursos superiores**. São Paulo: Atlas, 2006.

REIS, Aline J. SILVA, Selma L. **A História da Contabilidade no Brasil**. In: SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PRODUÇÃO ACADÊMICA, Salvador, v. 11, n. 1(2007).Disponível em:<<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299/247>>. Acesso em: 21 Set. 2019.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SÁ, Antônio Lopes de. **A Evolução da Contabilidade**. São Paulo: Iob Thomson, 2006. 430 p.

SANTOS, Adalto de Oliveira et al. Contabilidade Ambiental: Um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Contabilidade e Finanças**, São Paulo, set./dez. 2001.

SANTOS, Fernando de Almeida; SILVA, Orlando Roque da; GONÇALVES, Luiz Claudio. **Experiências Corporativas em Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental**. São Paulo: Baraúna, 2015. 196 p. Disponível em: <https://issuu.com/editorabarauna/docs/experi__ncias_corporativas_em_suste>. Acesso em: 05 set. 2019.

SANTOS, José L. dos. et al. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Sistemas de gestão ambiental (ISO 14001) e saúde e segurança ocupacional (OHSAS 18001): vantagens da implantação integrada**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do Pensamento Contábil**. Curitiba: Juruá, 2009. 240 p.



TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, Marli Terezinha; FARIA, Ana Cristina de. Aplicação da NBC T 15 Por Empresas dos Segmentos de Bebidas e Alimentos: Uma Pesquisa Documental. **Universo Contábil**, Blumenau, v. 3, n. 1, p.49-69, jan./abr. 2007.

YIN, R., (2003), **Case study research: design and methods**, 3Rd edition, Thousand Oaks, California: Sage publications

ZANATTA, Dilsonet al. **Manual para o exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.